

3 modos imagem-pensamento

Leon Farhi Neto

Resumo: Neste ensaio, apresentam-se três modos de relação entre imagem e pensamento e os seus efeitos políticos. Três modos que são modelares e, portanto, envolvem injunções. A injunção à pureza do pensamento no primeiro modo. A injunção à imagem como alimento no segundo. A injunção à apropriação ativa da imagem pelo intelecto no terceiro.

Palavras-chave: Arte. Política. Ideia. Fluxo. Desejo.

3 image-thought modes

Abstract: In this essay, three modes of the relationship between image and thought and its political effects are presented. Three modes, which act as models and therefore involve injunctions: an injunction to purity of thought in the first mode; an injunction to image as aliment in the second; an injunction to the active appropriation of image by the intellect in the third.

Keywords: Arts. Politics. Idea. Flux. Desire.

Para Renata e Amanda,

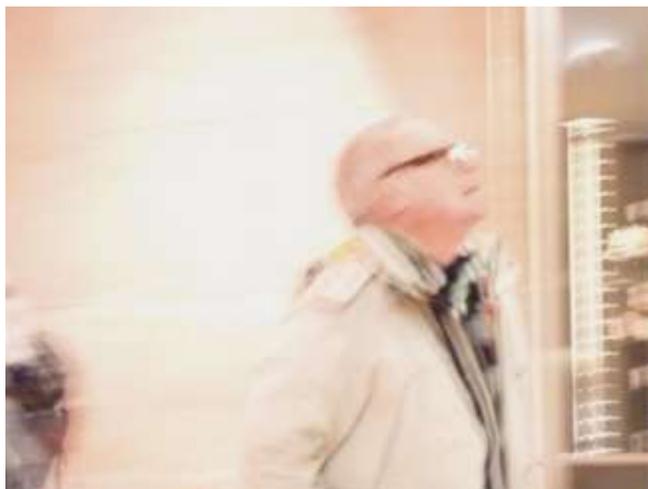
1 Introdução

A questão acerca das relações imagem-pensamento se desdobra – aqui – especulativamente em três modelos. Esses modelos, em sua oposição, não se sucedem como momentos progressivos, muito menos como três momentos de uma progressão dialética. A investigação passa pelos modelos, não evolui através deles.

Aliás, a intenção desta investigação não é produzir modelos alternativos, entre os quais se possa, após bem deliberar, escolher, para enfim desfazer os nós que nos impedem de seguir adiante e no rumo certo. Esta investigação não procura ultrapassar obstáculos, pelo contrário, ela deseja se manter no próprio nível do embaraço, para além do qual a única saída é sempre o recurso a um novo modelo, ou melhor, a uma nova forma do embaraço.

2 Ou imagem ou pensamento

Não te parece, Cebes, que o divino é naturalmente feito para comandar e dirigir, e o mortal para obedecer e servir? (PLATÃO, 2002, 80a, p. 284)



Fonte: O autor

Há um velho interdito que considera a imagem uma transgressão do pensamento.

Como se imagem e pensamento, na sua origem e na sua abertura, fossem referentes a duas esferas radicalmente distintas da atividade humana: o sensível e o inteligível, o campo estético e o campo intelectual. Cada um destes campos, esféricos e encerrados em seus limites próprios, se abriria para ou pelo indivíduo humano por meio de duas de suas faculdades psíquicas: a sensibilidade e o intelecto. Para a sua excelência performática, para a sua virtude, as nossas capacidades de sentir e de pensar precisariam se manter – por meio de uma terceira faculdade, a de querer –, então, rigorosamente separadas.

Só, assim, nesse rigor, que atinge a intensidade de uma exigência moral, o pensamento performático chegaria ao conceito, à ideia. Deve-se querer separar o pensar do sentir, o pensamento da imagem. E, no dever moral cumprido, igualar-se, ou coincidir, subjetivamente, como sujeito da ideia, sujeito puro, com o interdito objetivo da imagem no pensar.

A ideia seria excelente apenas quando purificada de qualquer elemento sensível. A ideia não se mostraria aos olhos, ela se demonstraria apenas ao intelecto. Invisível, a ideia, o objeto ideal do pensamento, seria acessível exclusivamente pelos “olhos do espírito”: pela constituição demonstrativa, pela demonstração lógica do conceito. O intelecto puro não enxergaria o sensível, não veria nada de imagético. A faculdade intelectual do espírito, essa exclusividade humana, isso por meio de que nós nos distinguiríamos dos outros animais, precisaria estar despojada de toda relação visual com seus objetos invisíveis.

O intelecto seria, no humano, o elemento mais divino, o divino em nós. A ideia precisaria ser sacralizada, expiada das imagens profanas. E o sagrado, o separado, precisaria ser reservado para o culto, para um uso específico, cerimonial. As ideias seriam os objetos desse culto, da verdadeira cultura humana depurada, e exigiriam uma manipulação cerimonial, realizada, em toda pureza, por seres humanos puros. As ideias se tornariam pertinentes a uma classe intelecto-clerical. A essa classe ficaria atribuído o privilégio da manipulação mental das ideias invisíveis e intocáveis.

Ainda, seria impossível, contraditório em seus próprios termos, o objeto de uma suposta arte conceitual – o conceito não se encarnaria em objetos sensíveis, pois estaria suspenso do mundo sensível, visível e tocável, pertencendo, de fato e por direito, a uma outra ordem, separada e inteligível, mais elevada, na qual estaria integrado em um sistema de conceitos.

Para o convicto da eminência do interdito, de nada adiantaria a argumentação contrária de que a imagem, elemento da visão, é resultante do ver, e que ver nada mais é do que um modo do perceber, e a percepção um modo do pensamento. De que não haveria jamais a sensação pura, o puro sentir, mas sempre percepção. De que a percepção já envolve elementos do pensar. De que, no fundo, ver é pensar, e de que, então, a imagem é sempre um elemento pensado, nunca um mero dado dos sentidos. Para o convicto, a percepção seria a mistura heterogênea de elementos essencialmente distintos. A percepção seria a confusão e o obscurecimento do espírito.

Sob o regime do interdito da imagem, poder-se-ia até considerar o ver como elemento do imaginar. Mas a imaginação, ligada à sensibilidade, seria um modo decaído do pensamento, porque a imaginação seria o pensamento que nos chega pelo corpo, resultante da relação impura, comprometedora da nossa virtude intelectual, de nosso espírito com os sinais do nosso corpo. De tal maneira que, para o convicto, isolar a imaginação do pensamento puro equivaleria a isolar os elementos corporais presentes no espírito do intelecto puro. E justamente essa seria a função moral e enobrecedora do interdito da imagem. O ideal moral do sujeito puro seria o sujeito sem corpo.

Toda imagem seria considerada mera imitação do ideal, do verdadeiramente real, cópia decadente. E mais: toda imagem seria um operador degenerativo da piedade, corruptor da nossa relação fiel ao verdadeiro. Iconoclastas, o desprezo das imagens chegaria em nós ao ódio racionalizado, ao ódio sádico, à fria crueldade de uma ideia da razão pura. Toda conservação da imagem seria adulteração do divino, idolatria.

Na radicalização do intelectual, o visual estaria condenado.

A crença na distinção pelo querer, entre o sentir e o pensar, ainda está presente em atitudes menos radicais, mesmo quando, ao invés de uma rejeição categórica e iconoclasta da imagem, se aceita, por exemplo, o seu uso ilustrativo para a compreensão da ideia – o caráter psicagógico, condutor da psique, concedido ao cinema ou à fotografia. Para o tolerante, a imagem seria capaz, em certa medida, de nos elevar à ideia. No entanto, mesmo nessa tolerância intelectual da imagem, a ideia mesma continuaria sem elementos sensíveis. Na passagem da imagem à ideia, seria preciso um salto. Entre a imagem e a ideia, haveria uma descontinuidade, uma fissura radical, um abismo, que seria necessário transpor, com um pulo, para se postar e se erguer no ambiente intelectual propriamente dito, o ambiente humano por excelência, porque divino.

Cerimonialmente, esse salto só seria possível (mas sempre a título de hipótese inverificável) pelo sacrifício ritual do corpo, pela sua depuração absoluta, pela mágica transubstanciação do corpo-imagem em substância espiritual, em pensamento puro. Na denegação do corpo, por meio da morte ritual, simbólica, o corpo permaneceria aí, mas suspenso, elevado ao divino, espiritualizado. No entanto, somente com a morte real, a denegação do corpo alcançaria a sua negação perfeita e a finalização da liberdade do espírito. Somente na morte, o espírito livre seria livre do corpo. O pensamento puro, livre da imagem.

Para o convicto tolerante, no caso da arte conceitual, a imagem permaneceria aí, mas seria preciso não enxergá-la. Como em transe, pensá-la sem vê-la. Numa palavra: contemplá-la. Assim, também, no caso da linguagem. De fato, a linguagem possuiria uma natureza sensível. Falada ou escrita, a palavra seria, no fundo de sua realidade sensível, apenas som ou desenho. No pensamento, seria preciso denegá-la. Reter seu desdobramento desgovernado como imagem-significante, e suspendê-la ao patamar do significado puro, ao elemento próprio do pensamento e do governo.

Pensar com a arte seria transgredir o interdito da imagem no pensamento depurado. A imagem-pensamento seria fundamentalmente transgressão do humano – isto é, erotismo. No erotismo, o querer, a vontade, se apresenta como um único desejo unido de sentir e pensar – na fusão dionisiaca e desumanizadora das três faculdades psíquicas distintas em seus princípios, a confusão das suas linhas de força, na fusão anárquica da alma e do corpo.

Está muito além das minhas capacidades contar, nos detalhes dos seus choques, desvios e rebatimentos, a história milenar desse interdito, dessa tradição, que, no Ocidente, a partir de Sócrates e Platão, funda a Filosofia, e carrega seu nome, enquanto, ao mesmo tempo, funda a Arte, para denegá-la. Por isso, foi-me preciso reduzi-la a um esquema de apresentação, a um modelo.

Nessa redução esquemática, a separação radical entre a imagem e a ideia, na medida em que envolve a injunção da primazia da ideia sobre a imagem, do intelecto sobre a imaginação, dessa primazia constituinte da Filosofia tradicional, e equivalente à concepção da essência dual do ser humano, mistura viva de corpo mortal e alma eterna, comporta um fator político. A alma das verdades eternas e imóveis deve comandar o corpo das aparências mutantes e passageiras. A parte divina e intelectual presente em nós deve nos guiar e comandar. O corpo, a parte baixa,

desumanizadora, sensual, deve se disciplinar e obedecer. A relevância da alma sobre o corpo, transposta a uma dimensão transindividual, justifica a dominação da classe clérico-intelectual sobre o restante da sociedade.

Os dominantes-pensantes devem ser a alma da sociedade, guiar e comandar o restante do corpo social dominado, obediente, físico-trabalhador. E isto se justifica pelo interdito da imagem, fator operante de nossa humanização. Toda elevação do corpo a uma posição dominante é considerada uma transgressão subversiva, uma inversão desordenadora da hierarquia social apropriada, do princípio fundante da sociedade, da origem imperante da humanidade.

O papel da arte – a produção criativa de um objeto-imagem que nos permita, ou nos interpele, a sentir e a pensar de um modo diferente do habitual – é politicamente suportável apenas enquanto desvela, momentaneamente, na transgressão do interdito, o princípio de constituição da sociedade humana, isto é, enquanto dá o testemunho do próprio interdito. Enquanto passageira, a experiência da arte é catártica: mostra o princípio político, a separação purificante entre imagem e pensamento, entre a função social clerical e a função social trabalhadora, que funda a sociedade; possibilita a experiência momentânea de sua transgressão; e nos alivia. Depois, tudo volta à normalidade essencial da dominação, mas com a tensão diminuída.

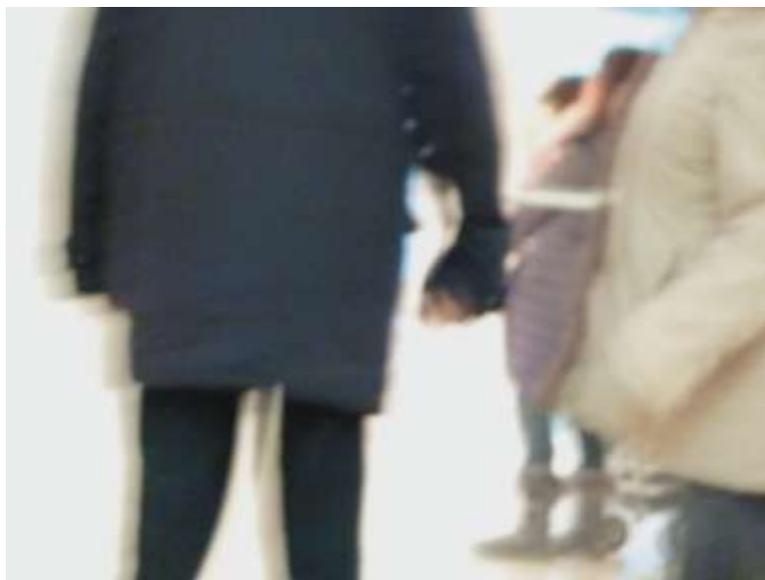
Então, relativamente à arte, ao uso da imagem, dois são os riscos políticos. O prolongamento indefinido da experiência artística e o fim da arte. Por um lado, o fim da arte, a experiência artística negada, ao ceder definitivamente seu lugar ao pensamento filosófico, representa o fim da transgressão controlada do princípio político fundante, mas também o fim da possibilidade da catarse e do alívio cerimoniais, na sua denegação. Com o fim da arte, a sociedade vivencia seu mal-estar constituinte, a realidade sensível da dominação, como uma verdade eterna insuportável, passando do mal-estar à melancolia social, o que provoca o colapso da estrutura da sociedade. Por outro lado, o prolongamento indefinido da transgressão do pensamento puro pela imaginação deflagrada, evidentemente, deixa de ser transgressão, porque elimina para sempre o interdito, e acaba com o princípio político da sociedade, relegando-a à anarquia. A passagem à anarquia – que, aqui, eu considero surgir com o termo final da política – é o termo da sociedade, segundo o axioma de que não há sociedade humana que não seja uma sociedade política.

Assim, em contexto político, a experiência artística, ou seja, a experiência do uso subversivo da linguagem, é necessária, mas precisa estar circunscrita em um espaço-tempo de controle. Medida e comedida, a transgressão do interdito da imagem mostra o interdito em seu princípio fundante, e, ao interromper-se, permite a perpetuação do social. Tudo é uma questão de prudência na sua dosagem.

3 Apenas imagem

O Mundo não se fez para pensarmos nele (Pensar é estar doente dos olhos) Mas para olharmos para ele e estarmos de acordo...

Eu não tenho filosofia: tenho sentidos... (Alberto Caeiro, 2005, p. 205).



Fonte: O autor

Ou, em uma expressão mais elaborada, a imagem é um elemento material do nosso fluxo alimentar. A imagem é como o gás, a água e a corrente elétrica, que encontram os caminhos para chegar até as nossas unidades habitacionais desde muito longe¹. Desde muito longe e, eu

¹ “[...] Como a água, como o gás, como a corrente elétrica vêm de longe, em nossos lares, responder às nossas necessidades, mediante um esforço quase nulo, assim seremos alimentados de imagens visuais ou auditivas, nascendo e desaparecendo com o menor dos gestos, quase um sinal [...]”. Escreveu de maneira antecipatória o pensador Paul Valéry, em (1934 apud BENJAMIN, 2000, p. 273).

complementaria, desde uma origem esquecida e, talvez, perdida no seu circuito – a origem não é a fonte inicial do circuito, apenas se acopla a ele, que lhe antecede, como a muitas outras origens –, circuito cujo fluxo, como o gás... modulamos com um leve e ligeiro movimento dos dedos, sem podermos – é preciso conceder – interrompê-lo ou controlá-lo completamente. O fato de que não temos o poder de interrupção e o controle totais sobre o fluxo imagético comprova, justamente, a natureza alimentar da imagem. Não controlamos o alimento de maneira absoluta, pois sem ele não somos nada, nada do que somos.

Mas que tipo de algo, com efeito, somos? Algo de nada? Afinal, o que seria o niilismo senão a decomposição, no circuito, das noções filosóficas de fundamento originário e de finalismo? Nada há de originário no circuito – mas multiplicidade de origens anexadas em circuito, que é mais a origem inversa das origens do que o efeito resultante delas. Não há nenhuma finalidade – o circuito alimentar não tem um sentido final, nem é este sentido para as suas partes; nenhuma dessas partes está aí para algo além dela, nem para a glória de Deus, nem para a da humanidade. A cadeia alimentar não é uma sucessão linear de elos acoplados uns aos outros até seu ponto máximo, que seríamos nós, humanos, mas um labirinto imagético de origens e fins.

Sob essa nova consigna, fica claro – como um azul transparente e sem fundo – que não nos deixamos mais cegar pela apresentação esquemática, apesar de muito ilustrativa, do primeiro modelo – agora, chegamos até mesmo a dizer que aquele modelo é só uma imagem. Não deixamos mais que a clareza azul e a aparente capacidade explicativa de um simples esquema ofusquem a nossa visão. Aquele esquema apenas nos informa. No circuito do alimento ou do ser, estamos efetivamente deformados, desorganizados, sem forma, sem órgãos. Nem queremos informação, desejamos imagens, continuamente.

O pensamento puro do primeiro modelo contempla a ideia como os olhos observam a fotografia. A fotografia é o arquétipo sensível da ideia. O arquétipo impensado que possibilita a abertura da ideia para o pensamento, na sua purificação. Por isso, o pensamento puro se engana tanto quando se volta para a fotografia como se ela fosse um objeto seu possível, e não seu fundamento.

O pensamento puro decodifica e glorifica a fotografia como uma informação instantânea do fluxo. A máquina fotográfica é capaz de registrar e retirar, para a glória do pensamento, a

realidade do fixo a partir do contínuo. A grande invenção mecânica da fotografia. Ela nos informa. Como se a máquina fotográfica salvasse a eternidade de dentro da duração. Assim, conseqüentemente, o pensamento decodifica e desmistifica o cinematógrafo como um mero e ágil multiplicador fotográfico; e o cinema, como uma sucessão de fotografias que, em uma ilusão ótica, reconstitui a aparência da duração. É como o pensamento puro trata tecnicamente o cinema – ele o reduz à captura e à soltura, pelo cinematógrafo, de uma sucessão ordenada de instantâneos fotográficos. Como a duração, que é somente a maneira equivocada de nossa interação com a eternidade, o cinema também não é nada, apenas uma ilusão dos nossos sentidos provocada pelo cinematógrafo. Pois, para o pensamento puro, a duração, o fluxo real sensível, é uma aparência feita de instantes sem tempo.

Mas, para nós, seres nodais, a concepção inteligível da fotografia é pouca coisa. A máquina fotográfica não é um aparelho de corte ou de interrupção absoluta do fluxo. A fotografia modula em si o real, mas não o fixa absolutamente – ela não apreende o instante, mas retoma em si o intervalo, como alimento do circuito. No circuito da fotografia e na fotografia de circuito, o fluxo tende a se desobstruir do instante. Nossas mãos e olhos recolocam incessantemente a fotografia em fluxo. A máquina fotográfica anexa a fotografia ao circuito, não a retira dele. A própria imagem fotográfica não tem nada de fixo, ela flui em retoques de nó a nó do circuito, trafega pelas suas redes, variando de enquadramento, de cor, de suporte, sofrendo influências de diversas origens, distanciando-se continuamente de sua origem própria, perdida no circuito. Nunca detemos, em nossas mãos, sob nossos olhos, a mesma fotografia duas vezes.

A imagem fotográfica não captura, em uma cópia, um recorte do real. Não está, na origem da fotografia, de maneira imprescindível, a coisa fotografada. No clique fotográfico, várias origens são postas em fluxo, conectadas entre si e ao circuito real a partir de um novo nó: a coisa, o olho que a visa através das lentes, a máquina fotográfica, o suporte fotográfico e todo o horizonte indeterminado, aberto pelos desdobramentos possíveis de uma imagem, isto é, o próprio circuito. Em um nó, articulam-se uma multiplicidade de origens, sem que nenhuma delas tenha o seu ser em privilégio de essência relativamente ao ser das outras origens. Sob a nossa nova consigna, a origem própria, mesmo perdida, é apenas um toque de irrealidade.

Em nossas sociedades presentes, é o ideal do instantâneo fotográfico que se cria do cinema, não o inverso. A grande invenção mecânica do cinematógrafo antecede a invenção idealista da fotografia. Pois toda fotografia sempre foi, para nós, na realidade, cinema, um

intervalo modulado de imagem em fluxo. O cinema não é uma sucessão de instantâneos fotográficos. Ele é da mesma matéria que a fotografia. No cinema flui o gás que a fotografia modula.

Acusamos Platão de inventar a teoria do inteligível puro, ideia (*idea*) ou forma (*eidos*), a partir do uso metafórico de verbos que, na sua origem perdida, designavam o ato de ver. Tanto o verbo grego *ideo* quanto *eido* significam, antes de tudo, o que significamos, no português, com o verbo *ver*². Mesmo a alma platônica, ela é somente uma imagem metafórica do corpo. Somos os sujeitos plenos de um corpo alimentar e nada mais. Nem o corpo é objeto de uma imagem, mas o alimento da imagem. Uma origem entre outras anexada ao circuito.

O real material é uma colagem de partes corporais e imagéticas exteriores umas às outras (*partes extra partes*). Assim que se dá ou se produz qualquer imagem do real, ela mostra, a imagem mesma, ser uma parte real ao lado das outras. Toda imagem do real é uma parte do ser alimentar do real. Assim, segundo essa propriedade imagética, toda pretensa fotografia da totalidade do real acrescenta ao real um algo a mais, e, nesse próprio gesto, perde o panorama da totalidade.

Comparada ao real presente, a estrutura apresentada no primeiro modelo, *ou imagem ou pensamento*, parece-nos, a nós hipermodernos, demasiadamente esquemática e inadequada. Afinal, habitamos o espetáculo do circuito, na abundância plena, no jorro, das imagens, conectadas, sem uma orientação totalitária. As imagens não apenas intermediam todas as nossas relações interpessoais reais, elas são o próprio meio ou alimento de que se constituem essas relações. Toda relação real e constituinte do ser social global é imagética, atravessada e preenchida por imagens.

Tampouco se reconhece no real o clero do pensamento puro anunciado no primeiro modelo. Os filósofos não são nossos reis. Talvez, porque o projeto filosófico tradicional tenha fracassado. O pensamento puro, de fato, mostrou-se a nós como uma imagem idealizada do real.

Se estivesse em vigor, aquele velho interdito da imagem seria, no presente da abundância imagética, transgredido a todo microinstante, a cada conexão nodal do fluxo no circuito. Entretanto, segundo a premissa estruturante do primeiro modelo, a transgressão contínua daquele

² Conferir o uso transformador que Platão (1972, p. 91, nota 30 dos tradutores) faz da palavra *Hades*, derivada de *a-ides*, para significar o inteligível a partir do invisível. No caso de *eidos*, Ricoeur (2011, p. 24) afirma: “a visão permanece na origem de todos os sentidos da palavra: o *eidos* é a forma visível” – Conferir, ainda, Pellegrin (2009, p. 48), que fala de uma “inversão do sentido etimológico de *eidos*”.

interdito inibiria o princípio político constitutivo das sociedades, e teria como consequência a destruição da hierarquia. Mas, como se pode constatar com facilidade, em nosso *habitat* espetacular, a suposta transgressão contínua do interdito não suprimiu a ordem política da plástica das sociedades. Isso contraria as previsões deduzidas no primeiro modelo e, assim, o invalida. Só há imagem, mas também permanece a ordem, apenas, sob a nova consigna, a ordem é vista como mais uma entre outras máquinas ou origens anexadas ao fluxo, não como um princípio fixo estruturante.

Em nossas sociedades presentes – muito ao contrário do que prega a injunção política, contra a imagem, do primeiro modelo –, a imagem, apesar de não ser absolutamente controlável, é o operador político por excelência, porque alimentar. É no próprio imaginário que, entre nós, a dominação se exerce. Na imagem, e por meio dela, há domínio político em fluxo, já que a imagem compõe a essência do nosso fluxo alimentar.

Esta é a consigna e o fundamento deslocado do segundo modelo da relação imagem-pensamento. Tudo é imagem, até mesmo o pensamento. E, imediatamente, assim que produzido, esse fundamento, porém, entra em circulação, para se tornar, como todas as outras imagens reais da realidade do real, uma origem perdida. Não há, no cinema material, uma porta de entrada única, mas múltiplas que se perdem em labirintos. Nem há uma porta de saída que não seja também uma de entrada.

A purificação do pensamento, na tradição da Filosofia, agora destronada, envolvia uma conversão reflexiva espiritual, uma ética e uma política do pensamento marcadas por elementos eróticos. Para nós, vigentes no segundo modelo, não há nenhum interdito da imagem. Assim, no uso da imagem, qualquer que seja, não há transgressão. A transgressão pela imagem é irrealizável. Na vida de imagens, não há erotismo, mas pornografia. Sem o erotismo, vivemos, certamente, o fim da Arte tradicional, mas, conseqüentemente, também, o fim da Filosofia tradicional, em suas funções experimentais de outros modos de ser, sentir e pensar.

A Filosofia não chegou ao fim, pois, de fato, a reflexão filosófica transformadora nunca foi mais do que reflexo infinito de imagens. Reflexo de reflexo. Imagens espelhadas que remetem a imagens espelhadas nos arranha-céus das cidades. Até mesmo a imagem é simulacro. Não há qualquer intencionalidade da imagem, a imagem não é a imagem de algo. A imagem sustenta-se a si mesma no circuito, não significa nada além de si mesma. Nesse aspecto, ela é substancial. Para nós, a imagem é a substância do real, a sua substância alimentar. Mas, também, podemos dizer

que o pensamento é irreal. Que o pensamento não se sustenta, não fica de pé por si mesmo. Que, portanto, não se pensa. E, porque não se pensa, que tudo permanece como está.

Não há, entre nós, a separação entre a imagem profana e o sagrado do pensamento. Tudo está exposto, em exposição no circuito. O circuito não é um limite, mas um infinito, não pode ser transgredido ou atravessado. No cinema, as saídas são entradas.

Para nós, na realidade, a Filosofia não chegou ao seu fim, porque não teve começo. Nosso presente elimina a possibilidade da história e da diferença. O passado é como o presente. Toda diferença passada é engano, que o presente modelo corrige. A melhor imagem do modelo é a do circuito, não a da origem. Fluxo em circuito, não desde uma origem histórica.

4 Imagem e pensamento

Toda ideia de imagem tem alguma coisa de angelical.
Ela anuncia o conteúdo de um encontro entre o apetite de um corpo, sua virtude imaginativa e o mundo que o toca e o determina como tal e tal desejo (VINCIGUERRA, 2005, p. 192).



Fonte: O autor

O embaraço do segundo modelo – *apenas imagem* – e da sua consigna – *imagem é alimento* – não se encontra na situação despenteada, sem aprumo nem rumo, em que ele nos

deixa, mas na condenação à repetição do mesmo, repetição infundável e sem começo, que ele nos lega. Ao descartar o pensamento puro, o segundo modelo descarta junto o pensamento como um todo, e com ele a diferença e a diferenciação possíveis. Joga fora a água suja do banho, mas também o sabão. O fim do pensamento nos condena ao fim da história, ou seja, à existência sem sentido para a ação, em um labirinto sem saída. Nos deixa em uma situação na qual não há qualquer força ético-política possível de transgressão, já que toda saída é também entrada. Nem qualquer força de transformação, já que tudo é fluxo desinformado ou desinformação.

O primeiro modelo, por sua vez, colocou o desejo entre o pensamento e a imagem, como uma cunha introduzida no seu interstício, até rachar a realidade em dois mundos: o ser e o aparecer. Ao atribuir ao desejo a função de árbitro entre o pensar e o sentir, o desejo, nesse modelo, tal como a totalidade do real, se tornou internamente dividido. Há um desejar bom, guiado pelo pensar purificado e pela alma, como querer livre ou exercício da vontade boa. Há um mau desejar, que se deixa guiar pelo sentir e pelo corpo, como apetite ou mera inclinação passivos. Mas, como chamar um desejo de querer livre, quando a sua condição é ele ser guiado pelo pensamento puro? O guiamento não tolhe a liberdade, se ela tem, como sua condição, a não-determinação do desejo por algo fora dele?

Além disso, no que tange aos modos de conhecimento, o primeiro e o segundo modelos consideram o real a partir de uma pretensa visão panorâmica da sua totalidade, como que em sobrevoo, em uma visada desde muito acima e distante: a contemplação. Como se esta posição, que é sempre teórica, ou seja, que pretende imitar a mirada dos Deuses (apesar do que afirma de si o segundo modelo), fosse a posição privilegiada, por ser a única verdadeiramente abrangente, quando se pretende falar objetivamente da realidade do real. Visão panorâmica e divina, desde uma posição de transcendência, que aspira colocar o real diante de si, de maneira radical, como podemos colocar diante de nós uma ideia ou uma fotografia. Ora, a posição da transcendência divina pode ser verdadeiramente abrangente porque é absoluta, mas só pode ser absoluta porque, de fato, sendo transcendente, é sem posição no real, isto é, irreal.

Em nosso terceiro caminho investigativo, é desejada uma mudança do olhar e do pensar para uma posição real, no mundo dos corpos, entre os corpos do mundo. Mudança desejada, relativamente aos outros dois modelos, para manter a história aberta a si mesma. E para manter o desejo em seu centro próprio, em sua condição singular, como desejo perfeito, ao qual nada falta. Sendo que uma coisa implica a outra: o desejo perfeito implica a abertura da história, pois o

desejo, na medida em que é adequado a si mesmo, orienta-se por si mesmo e não pelo desejo alheio, não serve nem obedece, mas produz efeitos próprios e expansivos, efeitos que rompem a rede de causalidade dos dispositivos mecânicos de captura do desejo em sua inadequação. A inadequação do desejo é o guiamento, a conduta do desejo por objetos desejáveis apresentados pelos dispositivos de poder ou dispositivos mecânicos de captura do desejo.

O desejo apegado a objetos alimentares (no sentido amplo), como se estes substancialmente lhe faltassem, é o desejo retido e sem retidão, pois o reto, na geometria do desejo, é uma curva expansiva do desejo sobre si mesmo, a partir de si mesmo e dirigido para as coisas do mundo. O apego, pelo contrário, é o direcionamento do desejo desde fora, na direção e a partir de um objeto do desejo. No entanto, o desejo não surge da falta. Não é a falta do objeto que está na origem do desejo. O desejo não surge nem desaparece, sem que o corpo e a alma que lhe são correlatos e que ele habita essencialmente, surjam e desapareçam. O desejo está sempre aí, antes de qualquer falta, ele é a potência que habita o sentir do corpo, nas suas afecções, e o pensar da alma, nas suas ideias.

A mudança libertadora do olhar, que se consigna agora, é uma mudança da perspectiva exterior, da visada de cima e de fora, para um olhar imanente, desde dentro do total vivo, portanto, para um olhar a partir do desejo em meio aos desejos que perfazem o mundo. Isso não quer dizer assumir a perspectiva de um eu no mundo, que fala na primeira pessoa. O deslocamento de posição, do olhar teórico ou divino para o olhar prático ou imanente, não tem como consequência a assunção do subjetivismo, para o qual o real é real tal qual ele aparece para uma posição subjetiva, já que, nessa compreensão, é a subjetividade do sujeito que constitui a realidade do real. Não tem como consequência, tampouco, a assunção de um objetivismo, do qual derivariam regras universais do agir. A imanência do olhar é imediatamente prática, ela comporta em si mesma um elemento ético-político que não é uma teoria do sujeito nem uma ciência da moral, mas a concentração refletida do desejo sobre si mesmo e a afirmação prudente, na ação e no pensamento, de todos os efeitos transformadores de si e do mundo que são decorrentes dessa reflexão. A prática da prudência não é a contenção do desejo, mas a atitude refletida da livre-afirmação perseverante do desejo em meio aos infinitos desejos singulares em jogo na composição da potência infinita da natureza.

Ainda, em nossa terceira direção investigativa, tomamos o pensamento como um fluxo de ideias, no âmbito da alma, equivalente ao fluxo de gravação dos vestígios ou traços das coisas e à

formação das imagens, no âmbito do corpo. O pensamento refere-se à concatenação em imagens dos vestígios traçados no corpo próprio pelos encontros com outros corpos do mundo. Nessa referência imagética, o pensamento está conectado, não apenas a uma única imagem, mas a um plural de imagens entrelaçadas e ao percurso das conexões que esses laços indicam com força automática.

O entrelaçamento das imagens, às quais se refere o pensamento, resulta, por um lado, da concatenação de imagens produzida pelos encontros atuais do corpo próprio com outros corpos e, por outro, da associação entre imagens fixada pelos hábitos do corpo, isto é, pelos encontros e concatenações de imagens que o corpo acostumou-se a fazer, e dos quais ele automaticamente se lembra. Portanto, a sequência de imagens se entrelaça, não apenas segundo a ordem dos encontros atuais do corpo próprio com outros corpos, como, também, conforme os hábitos adquiridos pelo corpo. Os hábitos do corpo próprio, a peculiaridade dos seus costumes, o seu campo usual e reiterado de movimento, de exposição repetida a encontros, fixam as associações espontâneas, automáticas, entre as imagens das coisas no corpo próprio.

A esse caráter sequencial do entrelaçamento das imagens dos corpos corresponde a fluidez do pensamento. Nenhum pensamento é pensamento de uma só ideia. Assim como ocorre com as imagens das coisas no corpo próprio, toda ideia tende a outras, desdobra-se em outras, engaja-se em outras e é engajada por outras, indefinidamente.

Repito-me: o pensamento é um fluxo de ideias correspondentes aos vestígios de mundo, que os encontros entre os corpos traçam continuamente no corpo próprio, e às associações, devidas ao hábito, às quais remetem automaticamente esses encontros. Essas ideias em fluxo, a alma as pensa, ou as imagina, na mesma ordem do entrelaçamento das imagens dos corpos resultante dos encontros de fortuna e das associações. As imagens dos corpos entrelaçadas constituem a disposição atual do corpo próprio, que é pensada pela alma, nisso que podemos chamar de imaginação. A alma é o pensamento do corpo próprio e, conseqüentemente, também, das imagens das coisas traçadas no corpo próprio, em sua experiência errante pelo mundo dos corpos.

Esse esquema de correspondência entre alma e corpo, de sua co-resposta às coisas do mundo, permite-nos ajustar o esquema do primeiro modelo e a sua concepção de pureza do pensamento. Não falaremos mais em pensamento puro, libertado do corpo e das imagens, mas em pensamento livre ou ativo, um pensamento singular que ordena as imagens dos corpos no corpo

e, conseqüentemente, a imaginação das coisas na alma, não mais conforme a ordem dos encontros fortuitos na experiência errante e das associações do hábito, mas, sim, segundo a ordem própria do pensamento. O pensamento ativo reordena as ideias que se formam na alma (e a constituem), e as concatena novamente, não mais a partir da experiência errante e do pensamento cativo, mas, agora, a partir da própria potência de pensar da alma. E isso equivale à reordenação das imagens das coisas segundo a potência de agir do corpo próprio.

Portanto, pensar livremente equivale a agir livremente no real.

O pensamento livre, não ofuscado, não é a capacidade da alma de perceber sem embaraços materiais e de maneira purificada a realidade das coisas tal como ela é, na denegação dos corpos. O pensamento livre não é a intuição intelectual de uma imagem verdadeira do real. Mas, o pensamento livre é exatamente a potência de agir do corpo próprio sobre o real, de agir livremente nele. Pensar livremente é agir entre as imagens, reordenando-as a partir da ordem singular do corpo próprio, que é a ordem própria do desejo. E isso produz efeitos reais no corpo próprio e fora dele correspondentes aos efeitos produzidos na alma e fora dela, efeitos que se explicam pela realidade do próprio pensamento, em sua singularidade.

Nessa mudança libertadora do olhar, já não nos importa se o desejo é da alma ou do corpo, se é pensamento ou imagem. Poderíamos dizer que o desejo é da alma, como o apetite é do corpo. No entanto, não sendo, em nosso terceiro modelo, o corpo algo efetivamente distinto da alma, mas a mesma coisa do que a alma sob um aspecto distinto do seu ser, não se requer qualquer diferença entre o desejo e o apetite.

A consigna, agora, é: olhar e pensar a partir do desejo, não para o objeto.

O desejar não é mais uma efetividade, uma força, distinta do pensar ou do sentir. O desejo é a união essencial do pensar e do sentir, não a sua reunião por direito. O pensar e o sentir, o pensamento e a imagem, são uma só e mesma coisa, sob aspectos diferentes, não duas coisas distintas reunidas por sua igualdade. Não há sensação pura, porque não há qualquer vestígio do mundo no corpo que não seja imediatamente pensado, preenchido de sentido, vinculado em um complexo de vestígios entrelaçados que constituem as imagens das coisas no tempo (no presente imaginado, mas também, no passado e no futuro imaginados). Tampouco há pensamento puro, desvinculado do sentir. No fluxo do pensamento, cada nova ideia corresponde a uma modificação da disposição atual do corpo, disposição que a alma sente imediatamente. E é justamente por isso que o pensamento ativo, o pensamento livre, produzido a partir das condições do próprio

pensamento, implica uma ação livre do corpo próprio no mundo dos corpos. Uma ação livre se dirige, no mundo, para os encontros com corpos segundo uma ordem que favoreça a expansão da potência de pensar e de agir do corpo próprio.

A imaginação, nesse terceiro modelo da relação entre pensamento e imagem, nada mais é do que o pensamento que surge na alma à medida que os corpos do mundo traçam seus vestígios, deixam suas marcas nas marcas que constituem o corpo próprio. A imaginação é o pensamento cativo dessas imagens dos corpos. Mas, à medida que o pensamento se ativa e se destrava da ordem pela qual, na errância dos encontros, essas imagens foram gravadas no seu próprio corpo, à medida que o pensamento reordena as imagens dos corpos do mundo segundo a sua própria ordem, o pensamento se torna livre. Mas isso não exclui a imaginação.

O pensamento livre não acaba com a imaginação, por duas razões. Primeiro, porque o pensamento livre opera sobre o conteúdo mesmo da imaginação, as imagens dos corpos no corpo próprio, mas em uma ordem adequada à ação e à liberdade. Nem o pensamento nem a imaginação são qualquer coisa além desse conteúdo. Segundo, porque o corpo humano livre permanece um corpo entre os outros corpos do mundo, aberto a novos encontros fortuitos, num fluxo de pensamento cativo, que, na liberdade, precisa ser continuamente apropriado. O pensamento ativo é a apropriação contínua e transformadora do fluxo de pensamento cativo das ideias das imagens.

A imaginação não é alguma coisa de irreal. Como tudo o que é, ela produz efeitos reais no mundo. A imaginação envolve os elementos da realidade. E a verdade do pensamento ativo nada mais é do que a apropriação desses elementos da imaginação e a sua disposição numa outra ordem, numa ordem adequada ao pensamento livre. Fica claro, assim, porque essa reordenação da imaginação, na transformação do pensamento cativo em ativo, é inseparável das suas consequências políticas. No pensamento livre, o desejo reflete sobre si mesmo, descolando-se dos objetos que estão aí para o capturar. O aí, o lugar desses objetos, é constituído pelos dispositivos políticos do mundo e ordenado pelos encontros do corpo, segundo uma programação que não é a própria do corpo, mas uma programação que submete os corpos à produção dos objetos.

Agir livremente no real descola o desejo dos objetos propostos pelos dispositivos políticos, e esvazia esses dispositivos daquilo que os definem. O desejo é a essência do corpo individual, mas também a essência do corpo político. Se não captura os desejos dos elementos que o constituem, o corpo político colapsa.

Toda arte é imagética. Envolve uma matéria capaz de afetar, modificar, os corpos com os quais entra em contato. A obra de arte traça no corpo próprio vestígios articulados entre si e com outros vestígios já presentes no corpo afetado por ela. A alma imagina a arte, no pensamento cativo. Mas essa imaginação, devido à característica própria à obra enquanto obra de arte, a de produzir afecções inusuais e impensadas, pode desarticular as programações do hábito, e induzir imagens inusitadas no corpo e novas maneiras de sentir e de pensar na alma, que resultam em novas maneiras do agir.

Como vimos, é o costume do habitual que, em geral, põe em ordem, e as fixa nessa ordem, as imagens das coisas em nosso corpo. O hábito produz, e reitera, o encadeamento sequencial das imagens dos corpos. É justamente pela sua programação não habitual dos elementos que a compõem que a arte logra, oportunamente, a desprogramação do pensamento cativo e a abertura de um campo para a ativação do pensamento.

Certas vezes, o corpo afetado pela obra de arte estremece. O pensamento busca uma reordenação de suas ideias. Nesse esforço, o processo imaginativo do arranjo cativo das ideias das imagens funciona em modo reverso. Pode, eventualmente, tornar-se ativo.

Referências

BENJAMIN, Walter. *L'Oeuvre d'art à l'époque de sa reproductibilité technique*. Dernière version [1939]. In: *OEUVRES III*. Paris: Gallimard, 2000.

PELLEGRIN, Pierre. **Le vocabulaire d'Aristote**. Paris: Ellipses, 2009.

PESSOA, Fernando (Alberto Caeiro). **O guardador de rebanhos**. Obra poética. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

PLATÃO. Fedão. In: *PLATÃO: diálogos*. 2. ed. Belém: EDUFPA, 2002.

_____. **Fédon**. São Paulo: Victor Civita, 1972. (Os Pensadores).

RICOEUR, Paul. **Être, essence et substance chez Platon et Aristote**: cours professé à l'Université de Strasbourg en 1953-1954. Paris: Seuil, 2011.

VINCIGUERRA, Lorenzo. **Spinoza et le signe**: genèse de l'imagination. Paris: Vrin, 2005.

Bibliografia resvalada

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Belo Horizonte: Ufmg, 2007 [2005]. Sobre o sagrado.

ARISTÓTELES. **Éthique à Nicomaque**. Paris: Vrin, 2012. Sobre a virtude como excelência.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 [1957]. Sobre a transgressão.

DEBORD, Guy. **La société du spectacle**. 3. ed. Paris: Gallimard, 1992 [1967]. Sobre a imagem como mercadoria.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997 [1991]. Sobre a arte e o afeto.

_____. **Sacher-Masoch: o frio e o cruel**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 [1967]. Sobre a denegação.

SPINOZA, Benedictus de. **Ethica-Ética**: edição bilíngue latim-português. Belo Horizonte: Autêntica, 2007 [1675]. Sobre a imaginação e o pensamento ativo.

Leon Farhi Neto - Universidade Federal do Tocantins - UFT.
Palmas | TO | Brasil. Contato: leonfarhineto@gmail.com